

A Longa Marcha de Norton de Matos para a Guerra: a Frente Governamental

Helena Pinto Janeiro

Investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH/Universidade Nova de Lisboa. Historiadora no Museu do Aljube “Resistência e Liberdade”.

Resumo

Neste artigo discute-se o papel do Ministro da Guerra José Norton de Matos nos governos de José de Castro e Afonso Costa, no âmbito do processo que conduziu à beligerância portuguesa na Primeira Guerra Mundial. O seu combate pela beligerância começara já a ser travado em sede colonial e em sede partidária, passando até pelo envolvimento na revolução de 14 de maio de 1915. Foi sempre um combate eminentemente político que, especialmente a partir do momento em que conquista a pasta da Guerra, em 22 de julho de 1915, travará em várias frentes. A frente governamental, aqui analisada durante os oito meses iniciais do seu mandato que culminaram na declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março de 1916, é uma delas.

Abstract

The Long March of Norton de Matos to War: the Governmental Front

This article discusses the role of the Minister for War, José Norton de Matos, in bringing Portugal into the First World War. He had long fought his case for belligerency, both in the colonies, as Governor General of Angola, and in Portugal, within the Democratic Party, being involved in the revolution of 14 May 1915. His struggle was always a highly political one and would be fought on various fronts, especially after his appointment to the War Ministry in July 1915. This article analyses his fight on the “governmental front”, with particular attention to his first eight months in office, in the cabinets of José de Castro and Afonso Costa, which culminated in Germany’s declaration of war on Portugal, on 9 March 1916.

Introdução

Neste artigo analisamos o papel de José Norton de Matos no processo que conduziu à beligerância portuguesa na Primeira Guerra Mundial, nos oito meses iniciais do seu mandato na pasta da guerra até à declaração de guerra da Alemanha à República Portuguesa em março de 1916. Mais do que nos aspectos militares, centrar-nos-emos na questão política. É certo que a sua luta para que a beligerância se oficializasse já ia longa e começara por ser conduzida em Angola que, em nome da República, governava quando a guerra deflagrara na Europa dois anos antes. É certo, ainda, que ganha um impulso decisivo quando o ex-governador decide entrar na aventura revolucionária que rebentará a 14 de maio de 1915, começando a conspirar com os seus correligionários do Partido Republicano Português (PRP), vulgo Partido Democrático, para derrubar o governo de Pimenta de Castro. O nosso foco será, porém, no combate pela beligerância em sede governamental, a partir do momento em que ganha a almejada pasta da guerra¹.

A oportunidade surge a 21 de julho de 1915, num Conselho de Ministros particularmente agitado do governo do independente José de Castro que se prolonga pela madrugada de 22 adentro e no qual participa na qualidade de Ministro das Colónias. O tema quente da reunião é apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros que dá conhecimento aos colegas do executivo da nota do governo britânico, aconselhando Portugal a desistir da ideia da intervenção na guerra. Não sendo propriamente um orador carismático, Norton empolga-se na denúncia da afronta que uma tal nota constitui para Portugal e, concomitantemente, na defesa da urgência de o país acelerar, custe o que custar, os preparativos militares para estar em condições de se defender de qualquer agressão externa. Até ao dia em que até a própria Grã-Bretanha se veria forçada a emendar a mão e vir solicitar o concurso militar da sua mais antiga aliada. Foi, escreverá mais tarde, “uma das grandes horas” (Matos, 2005, p. 127) da sua vida. Acabado o discurso, a pasta da guerra era sua. Ganhara finalmente a nomeação para o cargo, que nesse mesmo dia 22 é formalizada, com a recomposição ministerial do governo de Castro.

Norton de Matos e a Beligerância

A partir de então Norton enceta uma marcha para a guerra que irá ser longa e, sob vários aspectos, assaz solitária pois, mesmo entre os seus correligionários mais tenazmente belicistas, nem sempre os ritmos dessa marcha serão coincidentes. Do trio que ficará conhecido como a equipa da guerra, Augusto Soares encontrava-se já no governo, com a pasta dos negócios estrangeiros. Afonso Costa seguir-se-lhe-á quando assumir formalmente a chefia do executivo no final de novembro. Dos três,

1 Revisitamos neste artigo algumas das considerações já parcialmente defendidas em Janeiro (2014, pp. 144-155).

Norton é o político que mais *literalmente faz* para que a República Portuguesa possa ir à guerra. Se Costa e Soares têm uma acção político-diplomático mais notória, Norton – que também actuará no plano da diplomacia de guerra² –, *faz*, antes de mais, *o exército*³ que vai à guerra. Fá-lo para ir à guerra e fá-lo para provar, interna e externamente, que Portugal estava em condições de o fazer.

O Ministro da Guerra é aquele que mais acredita na estratégia do facto consumado: preparar no imediato o exército como se a República fosse já beligerante é a única forma de conseguir concretizar posteriormente a acção guerreira. Estar à espera, pelo contrário, que as diligências diplomáticas surtam efeito, deixando a preparação do exército para a guerra em banho-maria, é algo contra o qual Norton luta tenazmente. A identificação com a tendência política que, dentro do PRP, assim pensa (os “Jovens Turcos”), não podia ser maior. De facto, não foi apenas por terem sido estes últimos a patrocinar a sua entrada na política republicana que o ex-governador a eles de novo se acolhera, à vinda de Angola. Àquela pertença política inicial junta-se uma identificação de posições quanto ao tempo certo para a guerra. E o tempo certo é ontem, já passou e deve ser, quanto antes, apanhado. Norton não podia identificar-se mais com esta posição e este *timing*. Não por acaso, fora Álvaro de Castro a promovê-lo publicamente na abertura do Congresso do PRP que dera o tiro de partida para a revolução de Maio de 1915 (Janeiro, 2014, pp. 138-139). Na verdade, já no anterior congresso do partido, em maio de 1914, Castro advogara que o país deveria investir seriamente no rearmamento, com base num aumento de impostos, sem estar à espera para tal que a Inglaterra alterasse a sua posição quanto à hipótese da beligerância portuguesa. Contudo, a posição dele não vingara no seio do partido (Maltez, 2004, p. 219).

A partir do Verão de 1915, é Norton quem protagonizará esta tendência, antes de mais, tudo fazendo para convencer os seus pares no governo que os preparativos para a guerra têm de avançar e já. Toma posse da pasta da guerra no final de julho e logo em agosto chama o General Tamagnini Abreu e Silva ao ministério informando-o que o vai nomear para comandar uma Divisão que ia mobilizar:

“em Mafra, Tancos, Vendas Novas, ou onde melhor conviesse, instruí-a, equipal-a e municipal-a (*sic*), de forma a estar pronta para qualquer emergência acrescentando que poderia a Divisão ter de marchar para a França, para a África, ou não chegar mesmo a sahir de Portugal” (Marques, 2004, p. XVI).

2 Veja-se, em especial, as negociações que encetará com o governo de Lloyd George em maio e junho de 1917 (Janeiro, 2014, pp. 194-214).

3 Quando falamos aqui em *fazer – fazer o exército* ou *fazer a guerra* – recorremos a um conceito usado por dois políticos coevos, António José de Almeida e Jaime Cortesão, quando abordaram o tema da propaganda de guerra em Portugal: a *propaganda pelo facto*. Norton de Matos é o político que melhor encarnou este conceito, mesmo se a sua atuação à frente da pasta da guerra não deixou de passar também pela propaganda propriamente dita (Janeiro, 2010; Janeiro, 2013).

Nada estando definido politicamente, Norton trata de se acautelar “para qualquer emergência”, pondo também em marcha uma equipa que vai avançando com os preparativos para a mobilização, organização, concentração e instrução das tropas e tudo o mais necessário para tornar possível que o Exército português fosse à guerra na Europa.

O ministro admite, no entanto, que a colocação em marcha da máquina de guerra foi, em muitos aspectos, mais simbólica do que efectiva durante os meses que duraram os sucessivos e fugazes governos de José de Castro. O estado lastimoso do Exército não era nada que, na sua opinião, não se pudesse ultrapassar. Assim houvesse vontade, organização e dinheiro para o equipar e treinar. É certo que as verbas previstas estiveram longe de ser efectivamente disponibilizadas, mas o ministro não desiste. Resguardando-se para melhores dias, Norton finge não parar, como admite num curioso relatório, em que revela possuir um jogo de cintura político cada vez mais apurado:

“Várias vezes levei o assunto a conselho, frisando bem a situação em que a Republica ia ficar se mais uma vez suspendesse a sua preparação para a guerra. Reconheci, porem, que tinha quasi que parar e quasi que parei, ou antes parei na realidade e apenas fingi que não parei, porque este fingir o julguei de conveniencia para a Republica”⁴.

Se o núcleo duro da equipa que o vai auxiliar nos preparativos militares para a guerra está escolhido e, apesar de tudo, a trabalhar, a verdade é que, nos meses que se seguirão, a sua marcha para a guerra será feita de forma algo voluntarista e solitária. Basta ler as atas dos Conselhos de Ministros do governo seguinte, chefiado por Afonso Costa, para o qual Norton transitará com a mesma pasta. Entre o final de novembro de 1915 e o crítico mês de março do ano seguinte, que finalmente verá a beligerância acontecer, tanto os seus pares no governo como o próprio líder parecem ter alguma dificuldade em acompanhar a pressa de Norton em querer atuar como se o país estivesse já em guerra.

O Labor pela Beligerância

Logo na primeira reunião do Conselho de Ministros do segundo governo de Afonso Costa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros faz de alguma forma depender a concretização de novas diligências diplomáticas junto de Inglaterra, para conseguir que esta solicite a beligerância portuguesa, das garantias que o seu colega da Guerra lhe possa dar. Norton manifesta logo o desejo de ser ouvido, numa das sessões seguintes, sobre os preparativos já feitos e os que falta fazer (Marques, 1974, p. 15).

4 Arquivo Histórico Militar (AHM), 1/35, Cx. 1292, N.º 3, “Relatorio do major Norton de Mattos sobre a gerencia da pasta da guerra ao Ministério da presidencia do Dr. José de Castro (23 de Julho a 29 de novembro de 1915)”, s.l., s.d., fls. 8-9. Itálicos nossos.

O alvitre repetir-se-á em todos os Conselhos de Ministros que se seguirão. A ocasião para discutir o assunto nessa sede, porém, nunca aparecerá. Estranhamente, os preparativos militares para a guerra não parecem ser suficientemente prioritários para que o governo discuta extensamente no seu órgão colegial máximo o que o Ministro da Guerra tem para propor. É certo que vão sendo paulatinamente tomadas decisões relativas à aquisição de material de guerra ou à infraestruturização de um campo de treinos militar no centro do país: o polígono de Tancos. É certo, ainda, que o Conselho de Ministros vai pondo em marcha medidas de preparação financeira e económica para a guerra que acomodam medidas de grande impacto, da lavra de Norton de Matos, como a possibilidade legal de requisitar matérias-primas e meios de transporte estrangeiros, em trânsito em território português, bastando para tal alegar a sua indispensabilidade à defesa ou à economia nacional.

Para o Ministro da Guerra, porém, a marcha de Portugal para a guerra deveria ser bem mais decidida. A sua posição nas reuniões do Conselho de Ministros de Afonso Costa oscila entre a insistência e a exasperação. Afinal, apesar de todas as palavras e promessas, o governo e, nomeadamente, Afonso Costa, sob cujas ordens pela primeira vez Norton trabalha, deixam-no a falar — e a trabalhar — muito por sua conta. Logo a 30 de novembro, o Ministro da Guerra anuncia que “deseja poder informar o governo numa das suas próximas sessões” (Marques, 1974, p. 15)⁵. A 4 de dezembro, reforça a “urgência [que tem em] que o Conselho se dispusesse a ouvi-lo numa sessão a respeito das aquisições feitas na preparação para a guerra”. A 6, fica acordada a realização de um conselho para conhecimento da preparação que se tem feito pela pasta da Guerra. Três dias mais tarde Norton volta a insistir “na conveniência de um Conselho só para assuntos da preparação para a guerra” mas a verdade é que no início do ano seguinte ainda nada tinha acontecido. Na reunião de 3 de janeiro de 1916, insta para que ele se realize para que possa comunicar o que tem feito no sentido da preparação para a guerra e quer “saber também a opinião do Conselho, pois que a resolução de mobilizar quatro divisões é do Ministério transacto” mas a discussão é mais uma vez protelada.

A clarificação política pela qual anseia, tarda a acontecer. E ela é tão mais necessária quanto o espírito de descrença grassa no seio do próprio Estado-Maior, avisa Norton, espírito de descrença que se vem juntar ao ceticismo de muitos outros no país, alimentado pelos mais desencontrados boatos dos vários *lobbies* antibelicistas.

O boato de que o Depósito Central de Fardamentos iria arder é um deles. Norton toma medidas extra de prevenção e verifica pessoalmente que estão a ser seguidas. Debalde. Sabotagem antiguerrista ou não, a verdade é que o depósito começa a arder na noite de 13 de janeiro.

5 Até referência em contrário, as citações que se seguem são deste mesmo livro de atas (Marques, 2004, pp. 15, 28, 49 e 68).

Aos boatos, Norton prefere responder com realizações e energia, ao contrário da imprensa e do próprio Congresso da República, que discute e alimenta a tese de crime. A Câmara dos Deputados quer ouvir o ministro sobre esta última hipótese e uma comissão de inquérito acaba por ser criada a 19 de janeiro, por proposta dos deputados evolucionistas e apoio dos camachistas. A maioria democrática acaba por viabilizá-la, a contragosto.

A comissão, além de querer saber se terá existido um eventual crime de fogo posto, aproveita a ocasião para colocar igualmente sob escrutínio parlamentar alegadas irregularidades na questão da compra de materiais necessários ao esforço de guerra. O Deputado Simas Machado resume os boatos que circulam no país e alarmam a opinião pública:

“É a atoarda que culmina na aleivosia de que o incêndio foi mandado lançar pelos oficiais que são contrários à ida do exército para a guerra. Outra diz que o incêndio foi pôsto para se encobrir desfalques que havia no conselho administrativo daquele estabelecimento militar e ainda uma terceira assevera que se trata de liquidar certos e determinados abusos que se tem dado na compra de artigos e material destinado à preparação para a guerra. É uma atmosfera asfixiante, que é preciso desfazer-se, por qualquer forma, para honra e prestígio das instituições”⁶.

Presente na sessão parlamentar, o Ministro da Guerra dá o seu voto à proposta:

“Porque entende que ao Parlamento não deve ser coartado o amplo direito que tem de examinar todos os assuntos.”⁷

Lembra, não obstante, que está já a decorrer um inquérito militar e que se deve ter a maior cautela em lidar com a questão, pois os inimigos do país estão à espreita. Falar do assunto desta forma pública, transformando-o num mote de chicana partidária, é, para o ministro, algo absolutamente contrário aos interesses nacionais. É o que dirá aos deputados democráticos Barbosa de Magalhães e António da Fonseca, eleitos para a comissão de inquérito, quando, na noite do dia 25, o visitam em sua casa para o pôr a par da evolução dos trabalhos:

“Mais uma vez disse que tudo, sem uma única exceção, seria mostrado a Comissão; que era absolutamente necessário o maior sigilo em tudo que dissesse respeito a nossa preparação militar; que *de modo algum podia permitir que me colocassem na situação de Ministro sindicado*; que preferia dar por escrito os esclarecimentos que a comissão entendesse dever pedir-me”⁸.

6 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão N.º 24, 19-01-1916, p. 4.

7 *Idem*, p. 8.

8 Arquivo Norton de Matos (ANM), *Diário do Ministro da Guerra Norton de Mattos*, janeiro e fevereiro 1916, miscelânea, entrada de 25-01-1916.

Bem ele sabe que o que o coloca nas bocas do mundo é a determinação em avançar, contra ventos e marés, no sentido da beligerância. A comissão não passaria, na sua opinião, de uma manobra:

“Contra a preparação do nosso exercito e contra a nossa logica intervenção na guerra, que será um facto desde que um exercito esteja preparado: – quer-se envolver o Ministro numa onda de lama, que afogue todas as vontades, todas as energias (...) que faça cair o Ministro e dispersar todos aqueles, poucos ainda, que o cercam”⁹.

Nesses dois meses de intensa ambiguidade antes que tudo se passe a encaixar sob o chapéu oficial da beligerância, o ministro alterna entre a acção enérgica e fazedora e o desânimo:

“Tenho horas em que o desanimo me dilacera, e esta é uma delas. – As encomendas feitas no Estrangeiro, e com as quais tanto dinheiro já se gastou, estão cercadas de milhões de dificuldades para se realizarem: – são demoras continuadas na remessa do latão de Hespemha; a despeito do fornecimento de granadas levantam-se duvidas que não sei como hei-de resolver; a remessa dos camions da America para Lisboa, quer pela elevação do preço dos transportes e das dificuldades de os arranjar, quer pela exigência do governo inglês em não deixar vir os artigos de borracha, que aos camions pertencem, se não via Inglaterra; a dificuldade de transporte dos cavalos adquiridos na Argentina; e todas as outras demoras, entraves e dificuldades de toda a espécie relativas a encomendas feitas la fora, – preocupam-me sobremaneira.

Na montagem do campo de Tancos vejo também parado, ou a andar com assombroso vagar, apesar de todas as minhas instancias e insistências, a montagem da agua e a construção das barracas.

Agora o incêndio de Deposito Central de Fardamentos, os enormes prejuízos que representa, as dificuldades quasi insuperáveis em que me coloca. Isto tudo junto ao resto: – á falta de organização de quasi todos os serviços do Paiz; às resistências passivas e más vontades de toda a espécie; aos nenhuns hábitos de trabalho; á perturbação causada em serviços que exigem a maior atenção do Ministro em cada instante pelas estéreis e irritantes questões parlamentares; os milhares de assuntos requeredores mas inadiáveis, a tratar pela pasta da guerra.

Poderei vencer tudo isto...”¹⁰.

Quando, a 22 de janeiro de 1916, o executivo discute a polémica gerada à volta do caso do incêndio, Norton volta a lembrar que ainda não tinha podido partilhar com o Conselho de Ministros “tudo o que sobre preparação para a guerra se tinha feito”, “como repetidamente o tem pedido” (Marques, 1974, p. 82). Ainda não será dessa vez que lhe será dada essa oportunidade, pois, na semana seguinte, dia 28, lembrará os colegas da urgência em pôr termo à indefinição quanto aos preparativos militares para a guerra pois:

9 *Idem*, entrada de 22-01-1916.

10 *Idem, ibidem*, entrada de 06-01-1916.

“Há muito que desejava saber se a opinião deste Ministério é conforme á resolução do anterior, de se prepararem quatro divisões, a fim de se poder fazer qualquer expedição sem que o País ficasse desguarnecido e sem reforços preparados” (Marques, 1974, p. 101).

Os acontecimentos entretanto precipitam-se, conjugando-se para que Portugal entre oficialmente na guerra em março. O Ministro da Guerra já não precisará de insistir com os colegas de governo para a clarificação dos termos em que devem ou não ser reforçados os preparativos para a beligerância. Na verdade, a premência da Grã-Bretanha em neutralizar os navios alemães surtos em portos portugueses, forçando o governo português a apreendê-los, leva-a a ceder à pressão deste último: a requisição dos navios será feita, sim, mas ao abrigo da Aliança Anglo-Portuguesa. A contragosto, o governo inglês concorda com a invocação da aliança e a República Portuguesa consegue, finalmente, a garantia desejada. Apreende os navios a 23 de fevereiro sabendo que, quando a Alemanha previsivelmente declarar guerra a Portugal por via desse acto, a Inglaterra apoiará a beligerância do velho aliado¹¹. O acto da apreensão, bem como o modo como é realizada, é considerado por Norton como uma manifestação de patriotismo e de vitalidade do país:

“Realizou-se finalmente hoje a requisição dos navios alemães. Tudo correu bem. Talvez fosse melhor dispensar a salva á bandeira portuguesa; mas por outro la[do] temos necessidade de firmar o nosso patriotismo, de praticarmos certos actos que mostrem a nossa vitalidade. Hontem alguém aventou a ideia, de se esperar ainda mais, que não estavam as cousas preparadas, que eram absolutamente necessárias pelo menos 24 horas... Opus-me tenazmente; eram 11 horas; pois tudo devia estar feito antes do pôr do sol. E assim foi apesar de só se conseguir dar a ordem ao Leote do Rego ás 13 horas.

Veremos agora o resto. Mas julgo que isto um grande passo para diante, e sinto-me com mais animo e vontade para trabalhar”¹².

Quando, a 9 de março acontece o expectável – a declaração de guerra da Alemanha a Portugal – e o país entra formalmente em guerra, Norton conserva a pasta da Guerra no governo dito de União Sagrada, formado logo na semana seguinte. Pode finalmente acelerar os preparativos militares. O objectivo é, a um tempo, tornar o polígono de Tancos, no centro do país; numa estrutura capaz de acolher duas dezenas de milhares de portugueses e transformá-los em soldados de um Exército da República que ainda em janeiro de 1916 avaliara com um rotundo «zero» (Marques,

11 A mudança do equilíbrio de forças no Mediterrâneo também ajudou, com a iminente entrada da Itália na guerra ao lado dos aliados: era agora menos provável que a beligerância portuguesa atirasse a Espanha para os braços dos alemães (Telo, 2014, p. 20)

12 Arquivo Norton de Matos (ANM), *Diário do Ministro da Guerra...*, miscelânea, entrada de 23-02-1916.

1974, p. 101). A longa marcha de Norton de Matos para a guerra está, assim, longe de concluída. Até que esta mole de gente chegue aos campos da Flandres e se constitua como Corpo de Exército, vai ser preciso travar uma luta tenaz em várias frentes e o Ministro da Guerra estará no cerne de todas elas. Não admira que a sua influência política no seio do governo e da galáxia republicana cresça a ponto de se tornar logo no ano seguinte um sério concorrente de Afonso Costa e, não tarda, um símbolo da própria República.

Conclusão

Neste artigo, discutimos o papel de José Norton de Matos no combate pela beligerância no seio dos governos que se sucederam em Lisboa entre a revolução de 14 de Maio de 1915 e a declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de março de 1916. Argumentámos que, longe de ter sido o elo mais fraco do trio de ministros portugueses que ficaram conhecidos como a “equipa da guerra”, Norton de Matos esteve na linha da frente do combate político travado pelas elites do PRP-Partido Democrático para que a República Portuguesa entrasse oficialmente no conflito militar. Foi um combate travado em múltiplas frentes, espaços e tempos mas neste artigo centrámo-nos na frente governamental e, nesta, escolhemos o seu período inicial enquanto Ministro da Guerra, precisamente os oito meses que antecederam a formalização da posição portuguesa enquanto beligerante.

Recorrendo ao diário de Norton de Matos e outros escritos seus, bem como a atas de sessões parlamentares e de reuniões do Conselho de Ministros, acompanhámos a luta do Ministro da Guerra no seio dos executivos chefiados por José de Castro e por Afonso Costa. Verificámos que, numa primeira fase, Norton de Matos tem de se adaptar à realidade de indefinição que marca os governos politicamente frágeis de José de Castro, sendo obrigado a travar os preparativos para a guerra que começara por tomar. Finge, porém, não ter parado porque admiti-lo publicamente prejudicaria ainda mais o seu desiderato.

Quando, já na fase iniciada em novembro de 1915 com a chegada de António Costa à chefia do governo, tudo parece ficar finalmente bem encaminhado, o processo revelar-se-á bem mais difícil do que Norton de Matos antecipara. Não passa uma reunião do Conselho de Ministros sem que deixe de tentar que os preparativos militares para a guerra sejam extensamente debatidos. A verdade é que nunca conseguirá a almejada clarificação, apesar de medidas avulso que vai conseguindo fazer vingar junto dos seus pares no governo. A insistência e exasperação do Ministro da Guerra agrava-se nos inícios de 1916, quando a comissão de inquérito parlamentar ao incêndio do Depósito Central de Fardamentos se aproxima perigosamente de uma sindicância ao seu ministério e à sua política pró-beligerância e, nem mesmo assim, consegue que o órgão colegial máximo do governo esclareça inequivocamente a sua posição. Apesar da frustração por não conseguir impor o seu

ritmo aos seus colegas do executivo, desenvolve um jogo de cintura político que apurará nos governos que se sucederão no país após a Alemanha finalmente declarar guerra à República Portuguesa.

Referências

- Janeiro, H. P., 2010. Tancos: a Génese de um Milagre. In: P. A. Oliveira, M. I. Rezola, eds., *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Edições Tinta da China, pp. 87-106.
- Janeiro, H. P., 2013. The People in Arms in the People's Entertainment: Cinema and Political Propaganda in Portugal (1916-1917). *E-Journal of Portuguese History*, 11(2), pp. 50-73.
- Janeiro, H. P., 2014. *Norton de Matos, o Improvável Republicano: Um olhar sobre Portugal e o Império entre Afonso Costa e Salazar*. Tese de doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- Maltez, J. A. 2004. *Tradição e Revolução: Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. 2, (1910 – 2005). Lisboa: Tribuna da História.
- Marques, A. H. de O., ed., 1974. *O Segundo Governo Afonso Costa (1915-1916): Actas dos Conselhos de Ministros*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Marques, I. P., ed., 2004. *Memórias do General: [1915-1919]. "Os meus três comandos" de Fernando Tamagnini*. Viseu: SACRE.
- Matos, N., 2005. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa*, nº139, pp. 8-33.

Fontes de arquivos

- Arquivo Histórico-Militar, 1/35, Cx. 1292, Nº 3, *Relatorio do major Norton de Mattos sobre a gerencia da pasta da guerra ao Ministério da presidencia do Dr. José de Castro (23 de Julho a 29 de novembro de 1915)*, s.l., s.d.
- Arquivo Norton de Matos, *Diário do Ministro da Guerra Norton de Mattos*, Janeiro e Fevereiro 1916, miscelânea, mns.
- Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Nº 24 em 19-01-1916. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/02/01/024/1916-01-19>, data de acesso em 01 de outubro de 2015.